

## FORMAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA EM TERAPIA OCUPACIONAL - uma perspectiva feminista

Francisco Leal de Andrade<sup>1</sup>

**Resumo:** *Este artigo é um recorte do estudo para a tese de doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo e apresenta uma reflexão sobre a formação técnica e científica de terapeutas ocupacionais, temática norteadora da tese, tomando os estudos feministas como base epistemológica para a compreensão das questões de gênero que marcam tal temática. Vale destacar que a Terapia Ocupacional é um campo de estudo voltado para a formação de profissionais da saúde com intensa atuação no campo social, e que fazem uso da atividade como principal recurso terapêutico. Estudos apontam que o modelo biomédico ainda é a principal referência na formação desses profissionais, que se deparam, constantemente, com concepções biologicistas e deterministas. Neste sentido, ao considerar que a perspectiva determinista biológica busca justificar as supostas diferenças comportamentais, cognitivas e ocupacionais presentes no cotidiano de homens e mulheres, busca-se avaliar se esta perspectiva no processo de formação de terapeutas ocupacionais tem contribuído para o fortalecimento das abordagens terapêuticas que refletem princípios patriarcais que valorizam estruturas biológicas de diferenciação sexual em detrimento dos componentes sociais que configuram as identidades de gênero. Um exemplo dessas abordagens é evidenciado em estudos que apontam o processo de reabilitação de mulheres acometidas por doenças do trabalho, como LER/DORT, e sobre a atenção à saúde ocupacional de cuidadoras de pessoas com deficiência que apontam preocupantes evidências de sexismo baseado na divisão sexual das ocupações e papéis sociais que envolvem o cotidiano feminino. Assim, as assimetrias de gênero presentes no contexto da readaptação e inclusão social podem revelar o “sexismo ocupacional”, na medida em que postos de trabalho e papéis sociais são sexualmente definidos a partir de uma perspectiva determinista biológica, constituindo uma realidade que demanda estudos, discussões e ações sob a luz das teorias feministas. A investigação em andamento traz contribuições para os estudos de ciências-tecnologias-sociedades (CTS) ao propor reflexões sobre a transversalização de gênero na formação técnica, científica e de ação social de terapeutas ocupacionais.*

**Palavras-chave:** Terapia Ocupacional, Gênero, Formação Profissional.

Os estudos de gênero vêm apresentando forte expansão no campo acadêmico das chamadas Ciências Humanas. Tal crescimento é claramente visível através da intensa produção de pesquisas e eventos científicos. Destacam-se neste processo a recente aproximação das Ciências da Saúde, com significativa produção no campo da Enfermagem (PADILHA et al., 2006) e dos estudos sobre a Saúde da Mulher (AQUINO, 2006; VILLELA

---

<sup>1</sup> Professor Assistente do Departamento de Terapia Ocupacional - Universidade Federal de Sergipe, doutorando em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do PPGMEIM/UFBA.

et al., 2009). Entretanto, ainda há muito terreno a ser percorrido ao tratar da relação entre os estudos de gênero e as Ciências da Saúde. .

Tal constatação atuou como motivação para a apresentação desta proposta de pesquisa que traz a Ciência Ocupacional, e seus estudos sobre a ocupação humana<sup>2</sup>, como área temática de investigação, considerando sua inserção no cenário da Educação de Nível Superior em Ciências da Saúde e formação de terapeutas ocupacionais através do curso de bacharelado em Terapia Ocupacional.

A prática da terapia ocupacional significa o uso terapêutico das atividades da vida diária (ocupações) com indivíduos ou grupos com o propósito da participação em papéis e situações em casa, na escola, no trabalho, na comunidade e em outros contextos. Os serviços de terapia ocupacional são providos a fim de promover a saúde e o bem estar e para aqueles que têm ou estão em risco em desenvolver uma enfermidade, lesão, moléstia, disfunção, condição, dano, incapacidade, limitação de atividade, ou restrição na participação. A terapia ocupacional destina-se aos aspectos físicos, cognitivos, psicossociais, sensoriais e outros aspectos do desempenho em uma variedade de contextos para favorecer a ocupação nas atividades de vida diária que afetam a saúde, o bem estar e a qualidade de vida (AOTA, 2008).

A Ciência Ocupacional, fundada por Elizabeth June Yerxa, emergiu das crenças e valores dos profissionais de terapia ocupacional do início do século XX gerando grande expectativa de apoio ao desenvolvimento deste campo profissional no século XXI (CLARK et al., 2010). Como área de conhecimento, a ciência ocupacional, está voltada para o estudo da forma, função e significado da ocupação humana (YERXA et al., 1990), contribuindo para a construção de uma identidade profissional ao fornecer um sentido mais claro e mais amplo de sua complexidade e do seu poder, empregada para servir ao bem da sociedade. (CLARK et al., 2010).

Oliveira et al (2011) destaca a forte presença do modelo biomédico no cenário de formação de terapeutas ocupacionais. Esta realidade favorece a criação de um espaço de ensino caracterizado pela presença de concepções biologicistas e deterministas, que pode revelar assimetrias de gênero no contexto do cotidiano feminino.

Entende-se por determinismo biológico o conjunto de teorias segundo as quais a posição ocupada por diferentes grupos nas sociedades – ou comportamentos e variações das habilidades, capacidades, padrões cognitivos e sexualidade humanos – derivam de limites ou privilégios inscritos na constituição biológica. (CITELI, 2001, p. 134)

Neste sentido, ao considerar que a perspectiva determinista biológica e neurogenética buscam justificar as diferenças comportamentais, cognitivas e ocupacionais presentes no cotidiano de homens e mulheres (CITELI, 2001; FAUSTO-STERLING, 1992 e 2006, FINE,

---

<sup>2</sup> “[...] partes específicas de atividades dentro do fluxo contínuo do comportamento humano que são denominadas no léxico da cultura [...] Estas atividades diárias são autoiniciadas, direcionadas para metas (propositais) e socialmente aprovadas”. (YERXA et al., 1990, p.5).

2010), propõe-se questionar se tal perspectiva gera implicações no processo de formação de terapeutas ocupacionais, de modo a contribuir para o fortalecimento das abordagens de reabilitação que valorizam as estruturas biológicas de diferenciação sexual em detrimento dos componentes sociais que configuram as identidades de gênero. A partir da problemática levantada, vale refletir sobre as assimetrias de gênero presentes no contexto da readaptação e inclusão social – que ocorre durante o processo de reabilitação física, mental e social – que podem revelar o “sexismo ocupacional” na medida em que postos de trabalho e papéis sociais são sexualmente definidos a partir de uma perspectiva determinista biológica, constituindo uma realidade que demanda estudos, discussões e ações sob a luz das teorias feministas.

A aproximação epistemológica entre a Ciência Ocupacional e as Teorias Feministas vem sendo demonstrada em estudos realizados por Morrison (2011a, 2011b, 2013), mas é, ainda, um campo desafiador. Neste sentido, o caminho percorrido até aqui para desenvolver este trabalho está direcionado na busca pela identificação de dados que justifiquem a aplicação da perspectiva feminista na leitura dos conceitos de ocupação que fundamentam abordagens reabilitadoras e readaptadoras de mulheres. Este desafio é instigador o suficiente para o enfrentamento e superação de prováveis dificuldades que surgirão na empreitada científica proposta neste projeto de pesquisa.

Este estudo traz como objetivo, a realização de uma análise, na perspectiva dos Estudos de Gênero, cursos de Terapia Ocupacional de IES públicas do Norte-Nordeste do Brasil e da Universidade de Chile, com vistas à transversalização de gênero na formação de terapeutas ocupacionais. Deste modo, a investigação em andamento aqui apresentada, propõe um estudo sobre a transversalização de gênero, cotidiano e os impactos do determinismo biológico no processo de formação superior de Terapeutas Ocupacionais do Norte-Nordeste do Brasil, além de conhecer como esta realidade se apresenta na Universidade de Chile, referência latino-americana em estudos sobre Ciência Ocupacional e suas aproximações com os estudos feministas.

Para contextualizar esta investigação, vale destacar estudos como os Citeli (2001) e Fausto-Sterling (1992, 2006) apontam que o determinismo biológico e neurogenético se desdobram em importantes repercussões sociais, como as baseados no neurosexismo presente em estudos científicos denunciados por Fine (2010), na medida em que argumentos biologizantes são utilizados, por exemplo, para desqualificar as mulheres, principalmente no campo cognitivo, nas relações comportamentais, na divisão sexual das ocupações e papéis sociais que envolvem o cotidiano feminino. Atuar na desconstrução de tais argumentos é fundamental quando tratamos da formação de profissionais que trabalham no campo da

readaptação e inclusão social de homens e mulheres em processo de reabilitação física, mental ou social.

Esta problematização inicial revela uma inquietação, que é fruto de uma trajetória de estudos sobre as questões de gênero, o determinismo biológico e o processo de ensino, que teve início com os primeiros contatos com os estudos de gênero em 2001, durante a graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Os primeiros resultados da aproximação com esta temática têm início com a participação em projeto de iniciação científica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizado com apoio e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (CNPq/PIBIC), durante o período de 2004-2006, com o tema: *Identidade de Gênero e Determinismo Biológico – percepções e representações de estudantes de graduação da Universidade Federal da Bahia*. A partir deste projeto se buscou identificar as percepções de estudantes de Ciências Biológicas (2004-2005) e de Pedagogia (2005-2006) da UFBA sobre identidade de gênero e determinismo biológico. Este projeto de iniciação científica teve o objetivo de analisar a influência do currículo nas concepções destes estudantes, e seus resultados sugerem que em ambos os cursos é marcante, entre os/as estudantes, a percepção da construção das identidades feminina e masculina fundamentada em fatores biológicos, revelando-se uma visão essencialista dos gêneros. (ANDRADE e LIMA E SOUZA, 2005, 2006).

Na sequência, a realização do trabalho de pesquisa de mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA), concluído em novembro de 2011, segue abordando as questões de gênero e cotidiano, o determinismo biológico e o processo de ensino no contexto do Ensino Médio (EM), tendo como objetivo a análise das representações sociais de professores/as de biologia sobre questões de gênero e determinismo biológico – especialmente no que tange às diferenças entre homens e mulheres – e suas implicações para as práticas educativas usadas no ensino de tópicos de genética no EM de escolas da rede pública estadual de Salvador- BA. Os resultados obtidos nesta pesquisa apontam representações sociais de professores/as de biologia que revelam determinismo biológico sobre questões de gênero, implicadas em suas práticas educativas, que se evidenciam por meio de estereótipos sexistas que, sob a chancela científica de estudos deterministas biológicos, contribuem para a hierarquização das diferenças entre os gêneros, conduzindo à inferiorização das mulheres. (ANDRADE, 2011; ANDRADE e LIMA E SOUZA, 2012).

No momento atual, a docência no curso de Terapia ocupacional da Universidade Federal de Sergipe possibilitou uma aproximação com uma nova realidade através da

coordenação do projeto de extensão “O empoderamento na atenção integral à saúde da mulher cuidadora da pessoa com deficiência no município de Lagarto-Se”. Através da ação de extensão universitária foi possível identificar a presença de percepções deterministas biológicas associadas a assimetrias de gênero que inferiorizam a condição feminina com destaque para seus papéis sociais, evidenciando um contexto marcado pelo “sexismo ocupacional”. Tal pressuposto motivou o interesse em propor um estudo sobre a transversalização de gênero no processo de formação de terapeutas ocupacionais, profissionais que atuam na readaptação e inclusão social de homens e mulheres em processo de reabilitação física, mental ou social.

Neste sentido, aponta-se o questionamento sobre o modo como as questões de gênero e ocupação humana são abordadas na formação de terapeutas ocupacionais. Vale destacar, que esta proposta de pesquisa toma como base para a sua justificativa a não identificação de discussões aprofundadas que abordem as questões de gênero e a ocupação humana em alguns espaços científicos que representem a área da terapia ocupacional no Brasil, entre eles: os trabalhos de pesquisa voltados para a reabilitação, readaptação e inclusão social; as produções teóricas no campo da Ciência Ocupacional; e os livros didáticos de base para a formação profissional que tratam da “ocupação humana” como temática.

Diante dos elementos aqui apresentados foi construída a proposta de pesquisa em andamento, que busca um maior aprofundamento sobre a realidade da formação de terapeutas ocupacionais e suas relações com as questões de gênero. Assim, ao considerar o que se espera da formação de terapeutas ocupacionais no Brasil, vale destacar o artigo 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Terapia Ocupacional, instituída pela Resolução CNE/CES 6, de 19 de fevereiro de 2002:

O Curso de Graduação em Terapia Ocupacional tem como perfil do formando egresso/profissional o Terapeuta Ocupacional, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Capacitado ao exercício profissional em todas as suas dimensões, pautado em princípios éticos, no campo clínico-terapêutico e preventivo das práticas de Terapia Ocupacional. Conhece os fundamentos históricos, filosóficos e metodológicos da Terapia Ocupacional e seus diferentes modelos de intervenção e atua com base no rigor científico e intelectual. (BRASIL, 2002).

Ao analisar a íntegra do documento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional é possível identificar a ausência da especificidade de gênero em seu texto. Porém, este fato não impossibilita a inserção desta temática nos Projetos Político Pedagógico (PPP) dos cursos de Terapia Ocupacional Brasileiros. Pois, é possível identificar menções ao processo de inclusão, exclusão e estigmatização, como destaca o parágrafo XVII do Art. 5º, que trata de competências e habilidades específicas necessárias à

formação do/a terapeuta ocupacional: “conhecer a influência das diferentes dinâmicas culturais nos processos de inclusão, exclusão e estigmatização” (BRASIL, 2002). É comum, em cursos de Terapia Ocupacional brasileiros, que a formação desta competência e habilidade esteja voltada para o contexto da população idosa, das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, e da pessoa com deficiência. Neste sentido, a ausência de conhecimentos necessários à aproximação da realidade de exclusão e estigmatização que envolvem questões de gênero, raça e etnia constitui uma lacuna na formação de competências e habilidades de terapeutas ocupacionais brasileiros.

A exclusão das mulheres durante processo de reabilitação por doenças do trabalho é uma realidade, como destaca Salim (2003) em seus estudos, e tem forte relação com a estigmatização que segrega a mulher no contexto ocupacional, configurando o sexismo ocupacional. Considerando as ideias de Fausto-Sterling (1992, 2006), é possível afirmar que tal estigmatização herda grande influência da perspectiva determinista biológica, através da justificação de estereótipos sexistas, o que justifica uma necessária reflexão sobre a inferiorização da condição ocupacional feminina a partir de suas especificidades ou condições biológicas. Acrescenta-se a esta realidade a ruptura do cotidiano de mulheres pessoas cuidadoras da pessoa com que deficiência (DINIZ, 2007), que tem sua rotina e qualidade de vida comprometida por imposições sociais androcêntricas que direcionam suas ocupações públicas e privadas para a ocupação do cuidado, configurando uma divisão sexual do trabalho fundada a partir das diferenças biológicas que naturalizam das diferenças entre homens e mulheres. Tais diferenças, segundo Bourdieu (1995), são utilizadas pelo patriarcado como justificativa para o exercício do poder masculino, que contribui para a inferiorização e invisibilidade das ocupações públicas e privadas que envolvem o cuidar de pessoas com deficiência, como foi observado nas ações do projeto de extensão desenvolvido na Universidade Federal de Sergipe, citado anteriormente.

As questões discutidas até o momento apontam para uma problemática inicial que envolve o determinismo biológico, os estereótipos de gênero, e o comprometimento da rotina ocupacional de mulheres, de modo que podem ser destacadas para justificar a relevância do desenvolvimento de uma pesquisa voltada para a investigação científica sobre o processo de formação do/a terapeuta ocupacional, que é o/a profissional responsável pela readaptação e inclusão social de mulheres em processo de reabilitação física, mental e social.

Neste sentido, vale destacar que este profissional precisa ter consciência do impacto de uma ação terapêutica conduzida sem a atenção devida ao processo de inferiorização destas mulheres, além de possuir competências e habilidades que contribuam para o empoderamento

social das mesmas. Para isso, faz-se necessário, o desenvolvimento desta investigação, que delinea o cenário atual de formação superior de terapeutas ocupacionais. Assim, havendo a identificação de uma necessária aproximação da terapia ocupacional com as questões de gênero para a formação de terapeutas ocupacionais, propostas de ações voltadas para a transversalização de gênero nos cursos de terapia ocupacional podem ser desenvolvidas.

Na sequência, vale realizar uma maior aproximação com o referencial teórico que fundamenta este estudo. Neste sentido, inicialmente, destacam-se os estudos feministas.

Com a retomada do projeto feminista em meados dos anos 1960 há um vigoroso crescimento do interesse em estudos e pesquisas sobre mulheres e relações de gênero em todo o Brasil, dando margem ao surgimento de um campo de reflexão específico que atravessa diferentes ciências e tradições disciplinares, e, favorecendo o agrupamento e integração de pesquisadoras que trabalhavam com o tema Mulher, a partir da formação de núcleos de estudos e pesquisas alocados em universidades (COSTA e SARDENBERG, 1994, p.387-388). Vale destacar, que a proliferação de estudos sobre a mulher segue o fortalecimento do feminismo contemporâneo no Brasil entre a década de 1960 e 1970. Neste sentido, Costa e Sardenberg (1994, p.388) problematiza sobre a relação entre o que acontece no nível dos avanços teóricos e o movimento social, apontando para algumas reflexões sobre:

a) a conquista e legitimação de um espaço de reflexão e ação específico; b) a disseminação da produção de conhecimentos e incorporação de uma perspectiva feminista de gênero na produção e transmissão dos saberes científicos; e por último, mas certamente não menos importante, c) as contribuições e perspectivas dessa práxis para o avanço do projeto feminista na sociedade mais abrangente e, em particular, na transformação do cotidiano da própria vida acadêmica.

Deste modo, a partir das colocações de Costa e Sardenberg, identifica-se a forte ligação entre a “teoria” e a “praxis” feminista, através do acolhimento, no espaço acadêmico, da luta das mulheres pela erradicação das desigualdades de gênero e conquista de uma cidadania plena, configurando um espaço de retroalimentação assim caracterizado:

De um lado, a retomada do movimento feminista tem sido uma fonte inspiradora bastante fértil para o desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca da condição feminina. De outro, é certo que, num plano mais amplo, esses estudos têm contribuído para o avanço dos movimentos de mulheres. (COSTA e SARDENBERG, 1994, p.388).

As reflexões construídas por Costa e Sardenberg apontam para a importância dos estudos acadêmicos feministas como instrumentos de luta social, que se inicia dentro da academia pelo reconhecimento da relevância e legitimidade da problemática da mulher como objeto de reflexão e análise, e vai para fora fortalecendo as práticas políticas do movimento feminista ao denunciar, por exemplo, o sexismo e a opressão identificados em relações

assimétricas de gênero que inferiorizam a condição feminina a partir de argumentos deterministas biológicos que caracterizam, por exemplo, o sexismo ocupacional.

Este processo de alinhamento “teoria-práxis” foi fundamental para a proliferação dos núcleos de estudos sobre gênero no Brasil a partir dos anos 1980, por meio da apropriação das então emergentes reflexões em torno do conceito de gênero, porém esta aproximação perdeu força a partir da década de 1980 e 1990 gerando um processo de despolitização dos chamados estudos de gênero e comprometimento da consolidação do projeto feminista na academia (COSTA e SARDENBERG, 1994). A transversalização de gênero no espaço acadêmico foi identificada como um problema já no 1º Encontro Nacional de Núcleos de Estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras, promovido pelo NEMGE/USP, em São Paulo (março de 1991), no qual foi discutido isolamento dos núcleos de estudos sobre gênero. Como destacam Costa e Sardenberg (1994, p.394), estes espaços “ainda se constituem em verdadeiros *guetos femininos* dentro das universidades [...] são grupos de mulheres, escrevendo sobre mulheres, para um público composto essencialmente por mulheres.”. Neste contexto é proposto o conceito de gênero como categoria fundamental de análise (Scott, 1991), dentro de uma perspectiva relacional, se constituindo:

[...] em uma possibilidade, um caminho ou mesmo um desafio no sentido da derrubada das paredes do gueto, para a conquista de um espaço de reflexões a um outro nível, bem mais amplo, que atravesse outros campos de saber e incorpore, não só mulheres, mas a comunidade científica como um todo. (COSTA e SARDENBERG, 1994, p.394)

Saindo da década de 1990 descrita por Costa e Sardenberg, e trazendo a discussão sobre a transversalização de gênero para o contexto atual, destacam-se ainda a manutenção do isolamento acadêmico promovido pelas dificuldades de construir um espaço de interlocução com outras correntes de pensamento. Neste sentido, considerando a interlocução Gênero-Ciência que norteia este projeto, Lima e Souza (2011, p.24-25) aponta que a criação de grupos de estudos e núcleos de pesquisa sobre gênero e ciência, apesar de sua intensa produção, não têm se revelado eficiente na inserção de gênero como categoria de análise em estudos de diferentes áreas – como as Ciências da Saúde e a Ciência Ocupacional, aqui destacadas. Para Lima e Souza as pesquisadoras/es feministas enfrentam dificuldades para manter diálogo com outras áreas, mesmo quando as questões de gênero são imprescindíveis para a ampla compreensão da questão em estudo. Neste sentido, é possível afirmar que para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa é necessária uma atenção para as possíveis barreiras frente à proposta de interlocução entre a Ciência Ocupacional e as Epistemologias Feministas no contexto de Tecnologia que marca o processo de reabilitação, readaptação e

inclusão social de mulheres, presentes na formação de terapeutas ocupacionais em IES brasileiras.

Apesar do atual desafio em transversalizar gênero, faz-se necessário destacar a existência de ações de transversalização das discussões de gênero e outras interseccionalidades nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia, com resultados positivos no ensino superior, ao possibilitar a formação de profissionais com a postura crítica e reflexiva necessária sobre tais discussões para atuar no mundo contemporâneo. Estas ações são relatadas por Iole Vanin (2010) ao discutir o exemplo do Instituto de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (INEIM/UFBA). Neste percurso, Vanin (2010, p.78) aponta uma discussão necessária para o desenvolvimento do projeto aqui proposto ao afirmar que “um dos vieses do pensar as relações entre gênero e ciência é analisar como ocorre a formação dos(as) cientistas, dos(as) profissionais pelas nossas universidades”, pois a não consideração dos aspectos relacionais de gênero e outras interseccionalidades nos processos de formação perpetua o processo técnico-científico atual, que pode ser caracterizado como um processo que não contempla as demandas de gênero e que escapa à consciência e à vontade dos próprios cientistas. Vanin (2010, p.77-78) reconhece os desafios envolvidos na busca pela transversalização de gênero na reforma do ensino superior, e propõe:

[...] uma reflexão sobre a sua constituição e como os conhecimentos que produz, socializa e aplica reproduzem e justificam estereótipos variados que limitam os espaços e funções de atuação dos sujeitos e, como consequência, apesar do discurso democrático voltado para a cidadania, continuam a reforçar e perpetuar a desigualdade social e cultural entre os indivíduos.

O relato de Vanin se enquadra com a realidade observada no ensino superior de terapia ocupacional, na medida em que se identifica a presença de um modelo biomédico atrelado ao biologicismo revelado em concepções deterministas presentes nos discursos reducionistas fragmentários de técnicos e professores desta área. Fato que culmina na produção de conhecimento que revela estereótipos sexistas, destacados no “sexismo ocupacional” em processo terapêutico, e que são socializados entre discentes e profissionais. Consequentemente, estes profissionais e discentes atuarão reforçando e perpetuando as desigualdades de gênero, na medida em que reconduz, de forma acrítica, mulheres com disfunções ocupacionais a um cotidiano, marcado por relações assimétricas de poder no espaço público e privado (Bourdieu, 1995), numa condição de fragilidade física e emocional. Assim, o não empoderamento social no processo terapêutico, impõe à mulher uma injusta condição de inferioridade para o enfrentamento das imposições patriarcais durante o exercício de suas atividades ocupacionais. Em grande aproximação com a proposta deste projeto, Vanin

afirma que o foco na produção do conhecimento não é suficiente na luta contra os estereótipos de gênero, pois é necessário atuar a partir dos currículos e dos Projetos Político Pedagógico, questionando-os “acerca dos arcabouços teóricos e metodológicos que são construídos por esses profissionais e se, de fato, eles permitem uma visão crítica da atualidade que lhes possibilite atuar positivamente na construção de uma sociedade pautada na equidade e democracia.” (VANIN, 2010, p.80).

A discussão sobre a transversalização de gênero (*gender mainstreaming*), em todos os níveis, para favorecer a equidade gênero e promover o empoderamento das mulheres se fortaleceu a partir dos debates ocorridos na “IV Conferência Internacional da Mulher” em Beijing-China no ano de 1995 (SARDENBERG, 2010; CARVALHO et al, 2013; NARVAZ, 2009), sendo endossada pela Plataforma de Ação aprovada ao final da Conferência. Na sequência, destaca-se a Conferência Mundial de Educação Superior – Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – realizada pela Unesco em 1998, que definiu em sua Declaração e Quadro de Ações Prioritárias, aquelas voltadas para as IES: “remover as desigualdades e vieses de gênero no currículo e na pesquisa e tomar todas as medidas apropriadas para assegurar a representação equilibrada de homens e mulheres entre discentes e docentes, em todos os níveis de gestão” (UNESCO, 1998, p. 13). Pois, como afirma Vanin (2010, p.81) a construção de matrizes curriculares que contemplem conteúdos específicos e permitam a discussão e reflexão de temas de relevância social e cultural, dentre os quais se encontram os transversais, como gênero e suas interseccionalidades, se faz necessária nos vários cursos oferecidos pelas IES. Neste sentido, se faz necessário destacar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015, que reconhece a importância da educação para a “consolidação do exercício de direitos e construção da autonomia individual e coletiva, bem como para o desenvolvimento econômico e social (...) e o desmonte das desigualdades sociais de gênero, raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, regionais e locais” (BRASIL, 2013, p.22). Segundo Carvalho et al (2013, p.319) a incorporação do princípio da igualdade de gênero na educação brasileira não é completa, pois ainda permanecem as diferenças nos conteúdos educacionais e nos cursos e nas carreiras acessados por mulheres e homens.

Entre os objetivos específicos e ações do PNPM (BRASIL, 2013, p.23-24), vale destacar aqueles que têm confluência com as propostas deste projeto de pesquisa e têm implicação direta com a educação superior:

- Eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover a inserção de temas voltados para a igualdade de gênero e valorização das diversidades nos currículos [...] (p.23);

- Promover a formação continuada de [...] profissionais da educação, como também a formação de estudantes de todos os níveis, etapas e modalidades dos sistemas de ensino público de todos os níveis nos temas da igualdade de gênero e valorização das diversidades (p.23);
- Estimular a produção de conhecimento sobre relações sociais de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos étnicos, raciais, geracionais e das pessoas com deficiência (p.23-24);
- Contribuir para a redução [...] de todas as formas de violência, discriminação e preconceito contra as mulheres, considerando as dimensões raciais, étnicas, de origem, de classe social, de idade, de orientação sexual, de identidade de gênero e às **mulheres com deficiência** (p.24, grifo nosso);

Em confluência com esta proposta estão os trabalhos de análise da transversalização de gênero nos cursos de Pedagogia, Serviço Social e Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), realizado por Carvalho et al (2013) e no curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizado por Narvaz (2009). A partir de seus estudos, Carvalho et al (2013), observa o pouco avanço na política institucional, expressa nos Projetos Político Pedagógico (PPP), restringindo-se à inclusão de alguma disciplina com foco em gênero e à iniciativa individual de docentes que inserem conteúdos específicos de gênero em suas disciplinas. As autoras consideram a necessidade da inclusão de gênero no currículo como transversalização, inserção de disciplinas específicas e adoção de uma pedagogia feminista, com ênfase no empoderamento, e conclui apontando os desafios para disseminar a equidade e transversalidade de gênero na educação superior.

A criação de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero (na perspectiva interseccional) para os cursos superiores é inadiável. Uma razão fundamental é que todas as profissões incluem mulheres como profissionais e como clientes e as necessidades específicas delas devem ser levadas em conta na formação profissional. Assim, a educação superior é estratégica para a inclusão da temática de gênero e diversidade não apenas nos currículos da educação básica e na formação continuada para a gestão das políticas públicas, mas em todos os campos da prática social e profissional. (Carvalho et al, 2013, p. 319)

No caso do estudo de Narvaz, é realizada uma investigação das possibilidades de enunciação, dos lugares ocupados e as filiações dos discursos de gênero na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, em particular, no Instituto de Psicologia, de modo que a análise do *corpus* investigado revelou a (in)visibilidade dos discursos de gênero na universidade, na qual ocupa posição periférica de enunciação, materializando em poucas disciplinas eletivas e em poucas teses e dissertações.

Sobre o ensino superior em Terapia Ocupacional, não foram encontrados estudos que analisem a transversalização de gênero. Porém, muitos estudos como o de Oliveira et al (2011) e Cruz e Campos (2004) apontam para um enfoque essencialmente tecnicista que toma o cliente como um simples objeto para aplicações de técnicas através de atividades durante a ação terapêutica. Ainda considerando a formação do/a terapeuta ocupacional, e sua condição de profissional da reabilitação, vale destacar os estudos de Salim (2003), que discute a exclusão, segregação e relações de gênero numa realidade marcada pelas doenças do trabalho, especificamente a LER/DORT. Para isso, Salim retém-se à dinâmica do mercado de trabalho e aos mecanismos de exclusão e segregação que lhe são subjacentes, identificando, numa análise sob a perspectiva de gênero e ocupação, situações específicas e consequências sexualmente diferenciadas à saúde dos trabalhadores. A partir de seus resultados, Salim destaca duas particularidades inerentes às LER/Dort que, de certa forma, são convergentes ou sobrepostas: a síndrome da exclusão e a questão da segregação por gênero.

A primeira, de forte impacto social, se explicaria pela qualidade de vida negada, uma vez que os incapacitados por essas doenças, majoritariamente jovens e mulheres, situando-se nas faixas etárias mais produtivas do ciclo de vida, vêem-se, pela invalidez ou aposentadoria precoce, sem o referencial de vida que a sociabilidade pelo trabalho, em tese, representaria para eles ante a impossibilidade da doença ocupacional. A segunda, na perspectiva das relações de gênero, se expressaria pela proporção majoritária das mulheres entre os portadores de LER/Dort (SALIM, 2003, p.22)

Para Salim (2003, p.22-23) a elevada proporção de mulheres portadoras de LER/Dort é resultado dos processos de divisão social e sexual do trabalho que, invariavelmente, têm respondido pela exclusão social e econômica das mulheres, e pela determinação da segregação por gênero no mercado de trabalho, a partir de situações concretas, como, por exemplo, as condições precárias do trabalho feminino extradoméstico, agravadas pela segregação ocupacional e discriminação salarial das mulheres perante os homens. Deste modo, a segregação ocupacional, ante a eventualidade da dupla jornada de trabalho – decorrente das divisões sexuais do trabalho na família e sociedade – ampliaria a possibilidade de sobrecarga e desgaste da força de trabalho feminino e, por conseguinte, de mudança quanto à manifestação do gênero nas doenças do trabalho.

Oliveira e Barreto, (1997, p.87) destacam os estudos de alguns autores que correlacionam a maior incidência de LER em mulheres com fatores hormonais, características anatômicas e morfológicas, fatores da esfera psíquica como neuroses de compensação e histeria, culpa, estrutura da personalidade. Para Oliveira e Barreto (1997) estes argumentos fortalecem a desvalorização da força de trabalho feminina, acentuam os estereótipos de

gênero, e não consideram as exigências diferenciadas impostas nas relações e organização sexual do trabalho.

Considerando os dados destacados por Salim e os relatos de Oliveira e Barreto (1997), vale refletir sobre o uso da categoria gênero nos estudos e pesquisas na área da saúde ocupacional, e sua contribuição para ampliar a compreensão do fenômeno do processo saúde-doença. Pois, a partir da complexidade dos fatores característicos da LER/Dort, evidencia-se a dimensão de poder crivada pela desigualdade sexual e pelo pensamento determinista biológico, que são utilizados para explicar os diferentes impactos que a exposição aos mesmos riscos químicos, ergonômicos e psíquicos nos locais de trabalho provocam no homem e na mulher, o que revela a dimensão do “sexismo ocupacional” neste universo.

Os dados anteriormente expostos, impõe refletir sobre a necessidade de formar terapeutas ocupacionais com habilidades voltadas para o desenvolvimento de ações específicas para a equidade de gênero e empoderamento das mulheres, como destaca a proposta da transversalidade de gênero evidenciada na IV Conferência Internacional da Mulher e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Para isso, no contexto de ensino superior em terapia ocupacional, vale uma maior aproximação entre as Ciências Ocupacionais através de seu aparato teórico sobre a ocupação humana e as Epistemologias Feministas através da abordagem perspectivista proposta por Harding (1996) e Hartsock (1983). Deste modo, pretende-se compreender, a partir do referencial de gênero, a problemática que conduz ao sexismo ocupacional no processo terapêutico de reabilitação, readaptação e inclusão de mulheres. Neste sentido, vale destacar que a sobrecarga e o desgaste da força de trabalho feminino, evidenciados na saúde ocupacional destas mulheres, apresentam relação direta com a naturalização dos papéis de gênero socialmente definidos, nos quais a responsabilidade social do “cuidar” não se reflete em poder social (FLAX, 1991; SAFFIOTI, 1992; BUTLER, 2010; NICHOLSON, 2000), mas, sim, compromete o seu “autocuidado”.

A transversalização de gênero é um grande desafio que envolve: a aplicação de gênero na condição de eixo vertical (como tema gerador) e horizontal (como conteúdo de todas as disciplinas); o enfoque de gênero em cada disciplina; o uso de bibliografia específica de estudos feministas (CARVALHO et al, 2013, p.320-321); a verificação e reestruturação de conteúdos (currículo); a produção e aplicação dos conhecimentos; a análise da prática e ação profissional; a análise do processo ensino/aprendizagem na formação profissional; a abertura de espaços para discussão; e a construção de ferramentas teórico-metodológicas não discriminatórias que permitam uma formação superior não apenas tecnicista, mas também voltada para o sujeito, suas relações, e seu contexto (VANIN, 2010, p.20). As aplicações

destes critérios favorecem o desenvolvimento de uma atuação profissional baseada no respeito às diversidades a partir da construção de relações de equidade.

No cenário da terapia ocupacional os desafios para a transversalização de gênero se intensificam na medida em que o ensino superior tende a se concentrar em questões individuais, como a vontade, a causalidade pessoal, habituação e habilidades motoras, evidenciando um distanciamento da perspectiva interacionista que destaca as complexas relações entre a ocupação humana e os ambientes físicos, sociais, culturais, políticos e econômicos (AOTA, 2008). Porém, ao considerar a efetividade do processo de transversalização de gênero na formação de terapeutas ocupacionais, é possível pensar em estratégias de ensino superior que favoreçam o desenvolvimento de habilidades específicas voltadas para a concretização de ações de empoderamento de mulheres em processo de reabilitação física, mental ou social.

Considerando as demandas levantadas anteriormente, tal investigação é justificada pela necessidade da transversalização de gênero em cursos de terapia ocupacional voltada para a equidade gênero e o empoderamento das mulheres. Ações neste sentido favorecem a formação de profissionais conscientes da complexidade presente nas interações dialéticas entre a biologia e os aspectos sócio-culturais e suas repercussões para a manutenção do “sexismo ocupacional” no processo terapêutico de reabilitação, readaptação e inclusão de mulheres. Neste sentido, vale tomar como base a perspectiva de gênero sustentada na crítica feminista que, como afirma Lima e Souza (2002, p.78), atua de forma original, tornando evidente o forte viés androcêntrico que permeia o pensamento científico e os seus desdobramentos, que incluem assimetrias de gênero no espaço de ensino superior de terapia ocupacional.

Deste modo, para esta pesquisa, é proposta a utilização abordagem qualitativa, utilizando gênero como categoria de análise, como propõe Scott (1991). Diante dos objetivos e princípios teóricos que direcionam este trabalho, torna-se necessário o uso das teorias de Currículo. Neste sentido, apesar da utilização da categoria de gênero numa perspectiva pós-estruturalista, que se aproxima às teorias pós-críticas de currículo, considera-se pertinente para este trabalho a presença das abordagens defendidas por curriculistas da Teoria Crítica, como Paulo Freire e Michael Apple, por conta da forte presença da discussão de poder que marca o presente trabalho. Epistemologias Feministas por favorecer a percepção do sujeito como um ser imerso numa rede complexa de relações de gênero, étnico-racial, classe, entre outras, a partir das quais é construída sua identidade de gênero. Assim, será adotada a opção perspectivista (*Standpoint Epistemology*), abordagem metodológica, proposta originalmente

por Nancy Hartsock (1983), e rediscutida por Harding (1996), entre outras, que tem como fonte de inspiração a epistemologia marxista. Completando o quadro teórico deste estudo, para as análises que estão propostas nos objetivos, utilizaremos a Teoria das Representações Sociais (TRS) concebida por Moscovici (2003).

#### REFERÊNCIAS:

AOTA. Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process. 2nd. **The American Journal Occupational Therapy**, 2 ed. v. 63, n.6, p.625-683, 2008.

AQUINO, Estela M. L. Gênero e Saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. **Revista Saúde Pública**, Salvador, v. 40, n. Esp., p.121-132, 2006.

ANDRADE, Francisco L. **Determinismo Biológico e Questões de Gênero no Contexto do Ensino de Biologia**: representações e práticas de docentes do Ensino Médio. 2011. 251f. Dissertação (Mestrado Em Ensino, História e Filosofia das Ciências)–Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2011

ANDRADE, Francisco L.; LIMA E SOUZA, Ângela M. F. Identidade de Gênero e Determinismo Biológico: percepções de estudantes de ciências biológicas da UFBA. In: SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PESQUISA, 24., 2005, Salvador. **Painel...** Salvador: Pró-Reitoria de pesquisa e Pós-Graduação/UFBA, 2005.

ANDRADE, Francisco L.; LIMA E SOUZA, Ângela M. F. Identidade de gênero e determinismo biológico: percepções de estudantes do curso de pedagogia. In: SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PESQUISA, 25., 2006, Salvador. **Painel...** Salvador: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2006.

ANDRADE, Francisco L.; LIMA E SOUZA, Ângela M. F. “Já nasce homem ou mulher”: Determinismo Biológico no discurso de docentes de biologia sobre sexo e gênero. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SINECT, 3., 2012, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: UFTPR, set. 2012. ISSN 2178-6135.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.133-184, jul./dez. 1995.

BRASIL. Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

BRASIL, Resolução CNE/CES 6, de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional. **Diário Oficial da União**. 4 mar. 2002; Seção 1:12.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Maria Eulina P. et al. Pensar o currículo da educação superior da perspectiva da equidade e transversalidade de gênero e do empoderamento das mulheres: uma breve introdução. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p.317-327, 2013.

CITELI, Maria Tereza. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p.131-145, 2001.

CLARK, Florence et al. Ciência Ocupacional: Legado da Terapia Ocupacional para o século XXI. In: NEISTADT, M. E.; CREPEAU, E. B. (Ed.). **Willard & Spackman: Terapia Ocupacional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010, Cap. 2, p10-17.

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília M. B. Teoria e Práxis Feministas na Academia: Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. Esp, p.387-400, 1994.

CRUZ, Daniel M. C.; CAMPOS, Ioneide O. A Opinião de Estudantes de Terapia Ocupacional sobre o Processo de sua Formação Profissional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 12, n.2, p.105-114, 2004.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Myths of gender: biological theories about women and men**. 2. ed. New York: Basic Books, 1992.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Cuerpos sexuados: La política de género y la construcción de la sexualidad**. Barcelona: Editorial Melusina, 2006.

FINE, Cordelia. **Delusions of gender: How our minds, society, and neurosexism create difference**. New York: W.W. Norton, 2010.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p.217-250.

HARDING, Sandra. **Ciencia y Feminismo**. Tradução de Palo Manzano. Madrid: Morata, 1996.

HARTSOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill (eds.). **Discovering Reality: Feminist Perspectives on Epistemology, Methaphysics, Methodology, and Philosophy of Science**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1983. p.283-310.

LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. O viés androcêntrico em Biologia. In COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecilia M. B. (Org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p.77-88.

LIMA E SOUZA, Ângela M. F. L. Sobre Gênero e Ciência: tensões, avanços, desafios. In: BONNETI, Alinne; LIMA E SOUZA, Ângela M. F. L. (Org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2011. p.15-28.

MORRISON, Jara R. **La filosofía pragmatista en la terapia ocupacional de Eleanor Clarke Slagle: antecedentes epistemológicos e históricos desde los estudios feministas sobre**

la ciencia. 2011. 101 f. Dissertação (Máster en Lógica y Filosofía de la Ciencia)–Universidad de Salamanca, Salamanca, 2011a.

MORRISON, Jara R. (Re)conociendo a las fundadoras y “madres” de la Terapia Ocupacional. Una aproximación desde los estudios feministas sobre la ciencia. **TOG (A Coruña)**, v.8, n.14, p. 1-21, 2011b.

MORRISON, Jara R. ¿Por qué necesitamos mirar hacia atrás? Volviendo a lo esencial: Un enfoque epistemológico al “árbol de la Terapia Ocupacional”. **TOG (A Coruña)**, v. 10, n. 18, p. 1-28, 2013.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução de Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NARVAZ, Martha G. **A (In)visibilidade do Gênero na Psicologia Acadêmica: onde os discursos fazem(se) política**. 2009. 305f. Tese (Doutorado em Psicologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p.9-41, jan/jun. 2000.

PADILHA, Maria I. C. S. et al. Gênero e Enfermagem: uma análise reflexiva. **Revista Enfermagem Uerj**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 292-300, 2006.

OLIVEIRA, Eleonora M.; BARRETO, Margarida. Engendrando Gênero na compreensão das Lesões por Esforços Repetitivos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.6, n.1, p.77-99, 1997.

OLIVEIRA, Janaisa G. D. et al. Elementos humanizadores no ensino superior: docência para Fisioterapia e Terapia ocupacional. **Ciência em Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 28, p.9-20, 2011.

SAFFIOTI, Heleith I. B. rearticulando gênero e classe Social. In: COSTA Albertina O.; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.183-215.

SALIM, Celso A. Doenças do trabalho: exclusão, segregação e relações de gênero. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 1, p.11-24, 2003.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, Ivya; SCHEFLER, Maria de Lourdes; VAZQUEZ, Petilda S.; AQUINO, Silvia. (Orgs.). **Travessias de Gênero na Perspectiva de Feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p.37-73.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Chistine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

UNESCO. **World Declaration on Higher Education for the Twenty-first century: Vision and Action and Framework for Priority Action for Change and Development in Higher Education**. Paris, 1998.

VANIN, Iole M. O Instituto de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/INEIM na Universidade Federal da Bahia: um relato das possibilidades de

experiências transversais de gênero no ensino superior. In: ALVES, Ivia; SCHEFLER, Maria de Lourdes; VAZQUEZ, Petilda S.; AQUINO, Silvia. (Orgs.). **Travessias de Gênero na Perspectiva de Feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 75-88.

VILLELA Wilza et al. A incorporação de novos temas e saberes nos estudos em saúde coletiva: o caso do uso da categoria gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p.997-1006, 2009.

YERXA, E. et al. An introduction to occupational science: A foundation for occupational therapy in the 21st century. **Occupational Therapy in Health Care**, v. 6, p.1-17, 1990.